

O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural

The Integrated Arts Atelier of Itabirito/MG and the notion of cultural action

El Taller de Artes Integradas de Itabirito/MG y la noción de acción cultural

Júlia de Castro Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: juliacastraliveira@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4076-1691>

Ricardo Carvalho de Figueiredo

Universidade Federal de Minas Gerais

E-mail: ricaredo.ufmg@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7106-3592>

RESUMO:

Neste artigo, abordamos a história e atuação do Atelier de Artes Integradas, escola de teatro e balé de Itabirito-MG, a partir de discussões no âmbito político, social e cultural. Foram construídas reflexões críticas e conexões conceituais com a prática da escola, abordando as relações do Estado com a cultura, dando ênfase para a noção de ação cultural. Pretende evidenciar o Atelier como espaço de reexistência e como um fruto de transformações de uma política cultural que vem sendo sedimentada no município citado, a partir de uma noção de pertencimento da comunidade que faz uso desse equipamento cultural.

Palavras-chave: *Atelier de Artes Integradas. Ação cultural. Ação artística. Políticas Culturais.*

OLIVEIRA, Júlia de Castro; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural.**

PÓS: *Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG*. v. 11, n. 23, set-dez. 2021

Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

ABSTRACT:

In this article, we address the history and performance of Atelier de Artes Integradas, a school of theater and ballet in Itabirito-MG, from discussions in the political, social and cultural spheres. Critical reflections and conceptual connections were built with the school's practice, approaching the State's relations with culture, emphasizing the notion of cultural actions. It intends to evidence the Atelier as a space of reexistence and as a fruit of transformations of a cultural policy that has been sedimented in the cited municipality, from a notion of belonging of the community that makes use of this cultural equipment.

Keywords: *Integrated Arts Atelier. Cultural Action. Artistic Action. Cultural Policies.*

RESUMEN:

En este artículo, abordamos la historia y la actuación del Atelier de Artes Integradas, una escuela de teatro y ballet de Itabirito-MG, a partir de discusiones en el ámbito político, social y cultural. Se construyeron reflexiones críticas y conexiones conceptuales con la práctica escolar, abordando las relaciones del Estado con la cultura, enfatizando la noción de acciones culturales. Pretende evidenciar el Atelier como un espacio de reexistencia y como fruto de las transformaciones de una política cultural que se ha sedimentado en el citado municipio, desde una noción de pertenencia de la comunidad que hace uso de este equipamiento cultural.

Palabras-claves: *Taller de Artes Integradas. Acción Cultural. Acción Artística. Políticas Culturales.*

Artigo recebido em: 02/08/2021
Artigo aprovado em: 24/09/2021

Breve histórico

O Atelier de Artes Integradas é uma escola de teatro e balé, pública e gratuita, do município de Itabirito, Minas Gerais, que foi criada no ano de 2006. A escola é um aparelho cultural vinculado à Diretoria de Extensão das Artes, que está subordinada à Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo da cidade.

O Atelier, como é chamada e conhecida a escola e como iremos nos referir a ela a partir de agora, já esteve localizado em cinco diferentes espaços no município e, recentemente, conquistou a sua sede própria, na antiga fábrica de tecidos, próxima à Casa de Cultura Maestro Dungas. Atualmente o Atelier oferta o curso livre de teatro,¹ cujo principal objetivo é desenvolver o sujeito criador e tornar o aprendizado do teatro potencializador e transformador.

Além dos cursos regulares, a escola oferta oficinas que são ministradas por profissionais especializados na área, tais como: oficinas de máscaras, bonecos, cerâmica, percussão, perna de pau, interpretação para câmera, dança, dramaturgia, entre outras.

Ao longo desses 15 anos de história, já passaram mais de 3.000 estudantes pelo Atelier. No início de 2020, antes da pandemia, o curso de Balé possuía 216 alunas, sendo 123 veteranas e 93 novatas, e o curso de Teatro contava com 133 alunos, sendo 68 veteranos e 65 novatos. Prezando pela diversidade e pela difusão da arte, a partir dos quatro anos de idade a criança já pode ser matriculada, não havendo idade máxima para se tornar estudante do Atelier. A escola atende todos os bairros e os distritos de Itabirito e Ouro Preto.

Neste artigo, argumentamos em conjunto com importantes pesquisadores (PUPO; VELOSO, 2020; COELHO, 2001; CHAUI, 1995; CABRAL, 2012; CARASSO, 2012; VIGANÓ, 2006; 2011; 2020; SIMIS, 2007) sobre a noção de ação cultural e outros conceitos associados. O objetivo foi o de aproximar as práticas do Atelier ao conceito de ação cultural, criando novas conexões a partir de assuntos que atravessam e envolvem o mesmo.

OLIVEIRA, Júlia de Castro; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural.**

PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 11, n. 23, set-dez. 2021
Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

A relação do Estado com a cultura

Conforme vimos, o Atelier de Artes Integradas é parte de uma política pública municipal. Assim, entendemos ser importante a discussão sobre a relação entre cultura e política. O acesso à cultura é um direito previsto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo que, “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 2015) é uma competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. A chave da questão é o “como fazer”, e quais os meios e os processos que irão proporcionar o acesso da população à cultura.

Numa organização governamental básica, existem as políticas culturais que estão compreendidas num universo maior, o das políticas públicas. A política pública no Brasil,

trata da escolha de diretrizes gerais, que tem uma ação, e estão direcionadas para o futuro, cuja responsabilidade é predominantemente de órgãos governamentais, os quais agem almejando o alcance do interesse público pelos melhores meios possíveis, que no nosso campo é a difusão e o acesso à cultura pelo cidadão (SIMIS, 2007, p. 1).

Logo, não é dever do Estado democrático conduzir e dizer o que é a cultura. No período ditatorial, o *slogan* “isso é cultura” foi utilizado por uma emissora televisiva para defender que o esporte era cultura e, conforme nos lembra Teixeira Coelho, “esses slogans eram reflexos distorcidos da tendência segundo a qual definir cultura configurava uma atitude autoritária, elitista, classificatória e portanto restritiva.” (COELHO, 2001, p. 19).

Dessa forma, o Estado deve formular políticas culturais bem fundamentadas e oferecer “ações culturais” para que o acesso à cultura aconteça em diferentes âmbitos e de forma não restritiva. Essas ações culturais podem ser compreendidas

como qualquer ação, no campo da cultura, capaz de interromper e desviar o fluxo cotidiano dos hábitos e valores dos agenciamentos e da indústria cultural, permitindo que linhas de fuga criem novos territórios, novas possibilidades de viver, de sentir e de habitar melhor o mundo (VIGANÓ, 2011, p. 153).

O termo “ação cultural” foi cunhado nos anos de 1960 e se faz presente, desde então, na política pública cultural francesa. No Ministério dos Assuntos Culturais da França, André Malraux, escritor de assuntos políticos e culturais, propunha ações culturais com o objetivo de democratização do acesso da população às obras artísticas (VIGANÓ, 2020).

Desse modo, tanto as políticas culturais quanto as ações culturais atuam (ou deveriam atuar) até os dias de hoje na “perspectiva da democratização da cultura como direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação” (CHAUÍ, 1995, p. 83). Para além do direito social de acesso à cultura, Marilena Chauí (1995) evidencia “novos direitos” que devem ser garantidos pelo poder público e que revelam as possíveis relações do Estado com a cultura.

Para compreender melhor o que significa cada um desses direitos, os elencamos abaixo:

- Direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura [...], enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática;
- Direito à criação cultural, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais;
- Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais [...];
- Direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos nos quais as associações artísticas e intelectuais, os grupos criadores de cultura e os movimentos sociais, através de representantes eleitos, pudessem garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela. (CHAUÍ, 1995, p. 82).

Esses direitos só são possíveis de serem cumpridos se houver um Estado comprometido com as políticas públicas de cultura. Essas políticas compreendem ações culturais e/ou artísticas que atuam na formação e nas condições de trabalho adequadas para os profissionais da área artística; na construção de infraestruturas apropriadas; no acesso a diferentes contextos de criação; na valorização da cultura, arte e artistas de cada local; na formação de público, entre outras demandas.

Buscando refletir sobre a efetivação desses direitos no âmbito da cultura municipal de Itabirito, percebemos que o direito ao acesso e fruição pode acontecer a partir de diversas ações culturais da cidade: as festividades tradicionais, o Festival de Teatro, o Festival da Música, as tradicionais corporações musicais, o Salão de Arte de Itabirito, o Atelier de Artes Integradas, entre outras.

No que diz respeito ao direito de criação cultural, o mesmo tem sido presente dentro do Atelier, pois a escola fomenta e acredita nas criações de seus estudantes e professores. Na memória cultural de Itabirito, que está em constante construção, o Atelier se faz presente gerando um impacto artístico e formativo importante na cidade, sendo a única escola pública e gratuita de teatro e dança, com 15 anos de história. Já o direito de participação das decisões públicas, é um desafio, no sentido de gerar um engajamento e empoderamento nos itabirritenses pelas lutas que visam a transformações culturais na cidade.

É importante destacar que no Conselho Municipal de Cultura de Itabirito há artistas e ex-alunas do Atelier como integrantes do órgão. Os conselheiros e as conselheiras representam a sociedade civil, sendo eleitos de forma democrática e atuando em conjunto com a Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo. Uma necessidade que se tem é a de aumentar a valorização e a atuação dos conselheiros, e conscientizar a sociedade civil sobre a função e a potência de um conselho engajado e bem articulado na proposição de políticas culturais para o município. Para tal, é importante que as decisões e ações do Conselho sejam compartilhadas e que haja diálogo com a população itabirritense, para que haja a valorização e o reconhecimento do trabalho desenvolvido.

Ação cultural ou ação sociocultural?

Na seção anterior, ação cultural foi definida e posta como parte da política cultural. No entanto, nos deparamos com um nó conceitual que diz respeito à ação cultural e a ação sociocultural. Teixeira Coelho (2001) destacou sobre as tendências da ação cultural e observou a relação da mesma com o âmbito social, isso porque a cultura, as necessidades, os direitos e as práticas artísticas e sociais se alteram e buscam novas conexões e significações. Ademais, ele defende que:

de um modo ou de outro, é pacífico que a ação cultural ou é uma operação sociocultural ou não existe. Mesmo assim, uma concepção mais radical de ação cultural, e acaso mais digna, é a que aposta na tese segundo a qual o objetivo da ação cultural não é construir um tipo determinado de sociedade, mas provocar as consciências para que se apossem de si mesmas e criem as condições para a totalização, no sentido dialético do termo, de um novo tipo de vida derivado do enfrentamento aberto das tensões e conflitos surgidos na prática social concreta (COELHO, 2001, p. 42).

Suzana Viganó (2006) faz uso do termo “ação sociocultural” fundado na não competitividade e no consumismo que, por vezes, é posto pela indústria cultural. Sobre o processo emancipatório que a ação sociocultural admite, Viganó argumenta que

ao se desenvolver a consciência estética, aliada ao julgamento crítico, ganha-se uma maneira especial de se ver o mundo, que passa pelos sentidos, pela imaginação e pela capacidade de se criar novas alternativas e possibilidades de existência. Ao se praticar tais qualidades, a percepção, tanto de si e dos outros seres humanos quanto das questões sociais, torna-se mais aguda, pois o indivíduo aprende a melhor se relacionar e se posicionar ante a realidade, caminhamos assim na construção dos alicerces para um processo de emancipação, condição necessária para a participação na vida pública. (VIGANÓ, 2006, p. 28)

É importante ressaltar que o objetivo desta seção não é definir qual é o conceito mais válido, a discussão aqui proposta é de como esses dois conceitos, a partir de Coelho (2001) e Viganó (2006), se aproximam e nos conduzem para uma compreensão mais integrativa e cuidadosa sobre as ações no campo artístico, cultural e social. Portanto, a partir das contribuições desses dois pesquisadores, compreendemos que a ação cultural e a sociocultural acontecem *na, com e para* a sociedade.

Beatriz Cabral (2012, p. 12) cinde a palavra “sociocultural” e apresenta a seguinte reflexão: “a ação cultural em si pode ser vista como ação social, o contrário dificilmente ocorre”. Ao desatrelar semanticamente o conceito de “sociocultural” – social e cultural –, Cabral pontua as diferenciações para os dois termos. A ação social possui objetivos e recursos preestabelecidos, que devem dialogar com as avaliações e resultados específicos da mesma.

A ação cultural, por sua vez, possui outra forma de ser avaliada. A partir da observação da recepção, esta pode e deve ser múltipla e incluir “motivações e manifestações críticas como contradições, diferenças e desentendimentos” (CABRAL, p. 12). Suzana Viganó também identificou essas características na ação cultural, principalmente quando se associa aos processos criativos:

Abrimo-nos então para ações que permitam o confronto com o caos, com as inquietações e com as crises, permitindo que as dificuldades do ambiente, dos fatores sociais e políticos, nos impulsionem e nos movam em direção a um processo que se re-organize continuamente (VIGANÓ, 2011, p. 155).

Os fatores sociais, políticos e econômicos são parte da ação cultural, mas não a definem. Isso porque a ação cultural no âmbito na criação teatral lida com a subjetividade de cada indivíduo e lida com a criação artística, que é plural e diversa. Diante disso, compreendemos que ao unir as ações – sociais e culturais – há uma transformação para se tornar sociocultural. Isso é confirmado já que “a ação sociocultural não é refém de nenhum projeto determinista de sociedade, pois seu compromisso é com a liberdade e não com a tirania” (VIGANÓ, 2006, p. 29).

Trazendo à tona, mais uma vez, o Atelier de Artes Integradas, percebemos que as ações sociais e culturais se misturam e não se delimitam na vivência cotidiana da escola. Arriscamos a dizer que este pode ser um exemplo de ação sociocultural: a escola possui uma parceria com os Centros de Atenção Psicossocial Adulto e Infantil (CAPS) da cidade e isso implica no encaminhamento de adultos e crianças para as aulas de teatro. Há um trabalho de comunicação com as instituições, e os professores e coordenadores do Atelier permanecem cientes das especificidades daqueles novos estudantes, buscando incluí-los na turma para que eles possam vivenciar em conjunto os processos de criação e modos de fruição no teatro.

Por mais que os profissionais de saúde do CAPS disponibilizem os laudos dos pacientes, o Atelier não faz o uso dos mesmos para (de)limitar o seu novo aluno. As informações contidas no laudo podem ser consideradas um exemplo de avaliação e de resultado do ponto de vista médico e social. Entretanto, o Atelier, como uma ação cultural e sociocultural, leva em consideração os dados do laudo e compreende que a sua lógica de avaliação é outra, que caminha pelo campo da observação, da recepção e da construção de processos coletivos. Portanto, percebemos que os conceitos de ação cultural e ação sociocultural estão imbricados na vida prática da escola de artes pesquisada.

Ação cultural e ação artística

Mais uma vez nos deparamos com um nó conceitual: o que é uma ação artística e como ela se difere ou se assemelha à ação cultural? Em um primeiro momento, é interessante refletir sobre a quantidade de significações que as palavras “arte” e “cultura” possuem. Carasso aborda a diferença entre elas, sendo que “a arte é ‘a coisa’ e que a cultura é ‘a relação com a coisa’” (CARASSO, 2012, p. 19).

Segundo Maria Lúcia Pupo e Verônica Veloso (2020), os territórios dessas duas ações são movediços e, em algum âmbito, uma perpassa a outra.

A segunda – ação artística – deriva da expansão do campo da primeira [ação cultural]. Em outras palavras, quando a ação verificada não se estende ao ponto de configurar-se como um processo, ocorrendo de forma mais pontual; quando uma ação se destina a toda e qualquer pessoa e não para uma comunidade definida, circunscrita dentro de um território mais ou menos preciso; quando a ação se restringe ao encontro com um dispositivo organizado por um ou mais artistas como forma de experimentar brevemente determinada situação, estamos diante de uma ação artística (PUPO; VELOSO, 2020, p. 10).

As pesquisadoras sinalizam que a ação artística não possui um público definido. Carasso também dialoga com essa característica e para esse autor, “uma ação artística oferece a grande quantidade de pessoas a possibilidade de uma atividade artística pessoal autêntica: às crianças das escolas, às pessoas envolvidas com práticas de amador, e, naturalmente, aos artistas profissionais” (CARASSO, 2012, p. 21).

A ação artística marca um espaço-tempo pontual e não se configura em um processo. Ela se caracteriza, fortemente, pelo caráter de experimentação, “a ação artística é, portanto, a organização concreta dessas possibilidades de agir, de experimentar a atividade artística” (CARASSO, 2012, p. 22). Atrelado a esse caráter experimental está a presença do artista como “catalisador e revelador de questões vitais que atravessam a sociedade” (PUPO, 2012, p. 48).

A arte é tida como uma atividade humana vertical, enquanto a cultura se inscreve numa dimensão horizontal, pois a mesma admite uma atitude relacional (CARASSO, 2012). Como já discutido, o objetivo da ação cultural é promover o acesso e o desenvolvimento da cultura e por isso,

esse trabalho [de desenvolver a cultura no indivíduo] passa inicialmente, no que diz respeito à cultura artística, pela relação com as obras de arte: é preciso assistir a espetáculos, ler livros, ouvir música, visitar museus... enfim, confrontar-se o mais intimamente e o mais regularmente possível com obras de artistas de ontem e de hoje (CARASSO, 2012, p. 21).

Para haver o acesso e o desenvolvimento da cultura por parte dos indivíduos, é preciso haver ações artísticas que irão possibilitar a criação de uma obra, uma música, uma *performance*, um espetáculo teatral, entre outros. Ou seja, mais uma vez, os conceitos se encontram e se complementam.

O Atelier de Artes Integradas já foi anteriormente compreendido como uma ação cultural. No entanto, na prática diária da escola, ações artísticas acontecem e as duas dimensões (artística e cultural) são contempladas e trabalhadas. Exemplos de ações artísticas da escola são os *workshops* de danças ofertados, gratuitamente para toda a cidade, por diferentes profissionais da área, além das montagens de espetáculos externos ao cronograma de aulas do curso livre de teatro.

A equipe de trabalho do Atelier, composta por quatro professores de teatro concursados, uma estagiária e um coordenador, possui a liberdade de desenvolver e dirigir processos de criação com seus alunos. Os mesmos podem ser convidados pelos professores ou pode haver um *casting* interno para selecionar aqueles que atendem os pré-requisitos que cada montagem requer, incluindo a disponibilidade de tempo para os ensaios.

Esse tipo de ação artística acontece de forma pontual e tem a duração de aproximadamente seis meses. Por mais que seja algo com um carácter preciso (já que possui um planejamento com início, meio e fim), existe um processo criativo dentro dessa estrutura que permite experimentações, riscos e criações artísticas.

A política cultural do Brasil e o Atelier como ação cultural

Teixeira Coelho, em seu livro *O que é ação cultural?* (2001), nos propõe uma reflexão crítica sobre a ação cultural que em muitas situações, na vivência prática, se torna fabricação cultural. A fabricação e a ação possuem um início determinado. A fabricação possui, também, etapas bem definidas que, conseqüentemente, geram um fim preestabelecido. Já a ação não possui um meio, nem um final predeterminado. “Na fabricação, o sujeito produz um objeto, assim como o marceneiro faz um pé torneado. Na ação, o agente gera um processo, não um objeto.” (COELHO, 2001, p. 12).

Assim, como num processo criativo vivenciado no teatro, por mais que haja um objetivo final e desejos de “meios”, o processo é que conduz a criação, “não há arte sem crescimento permanente da criação” (CARASSO, 2012, p. 21). É o tempo de trabalho e a dedicação naquela criação que irão gerar um trabalho final, que nunca (ou quase nunca) será tido como finalizado.

A ação cultural permite que os agentes que estão envolvidos construam os seus próprios “meios”, que conduzirão aos “fins”. O agente, então, “daria início a um processo cujo fim ele não prevê e não controla, numa prática cujas etapas também não lhe são muito claras no momento da partida. Nada de autoritarismo, nada de dirigismo, nada de paternalismos” (COELHO, 2001, p. 14). Podemos brincar com a associação de que o papel do agente cultural se aproxima com o do ator-criador. Ambos terão que lidar com o risco, a liberdade e a criação, “o fundamental é que [o agente] proponha processos e não produtos, sem fechar os olhos para a diversidade.” (VIGANÓ, 2006, p. 30).

É importante destacar que a contingente relação com o outro e “a pressa histórica – ou a sensação de que, se não se agir rápido, perde-se o bonde da história” (COELHO, 2001, p. 43) – conduzem a adoção da fabricação cultural. Estamos no século XXI, ano de 2021, no

contexto em que não só o Brasil, mas o mundo parou por conta da pandemia de Covid-19. A correria do dia a dia deu lugar ao isolamento social, as falas e as ações genocidas e criminosas do presidente do Brasil são recorrentes, e a arte e os artistas, por meio das plataformas digitais, exercem papel importante de reflexão, denúncia (de cunho político, social, ambiental), entretenimento, auxílio à saúde mental, entre outros.

E no meio desse caos, começamos a pensar e refletir sobre a relação do Estado com a cultura. Estão sendo adotadas/valorizadas as ações ou as fabricações culturais? Para refletir sobre o nosso cenário cultural, recorreremos a Marilena Chauí, que em 1995 escreveu sobre as principais modalidades de relação do Estado com a cultura no Brasil.

Sem desprezar o contexto em que o artigo foi escrito e percebendo a atualidade e importância das suas escritas, iremos mergulhar nessas modalidades relacionais propostas por Chauí (1995) e traçar posteriormente um paralelo com as propostas para a cultura contidas (ou não) no plano de governo do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro.

A primeira relação do Estado com a cultura é a *liberal*, as belas-artes são compreendidas como um privilégio elitista, havendo uma diferenciação entre as ditas artes liberais e servis. A segunda modalidade é proposta pelo Estado *autoritário*, “na qual o Estado se apresenta como produtor oficial de cultura e censor da produção cultural da sociedade civil” (CHAUÍ, 1995, p. 81), é o Estado que dita o que é cultura, como foi citado anteriormente a exemplo do período ditatorial brasileiro.

A terceira modalidade relacional é a *populista*, aquela que promove a alienação² em relação a “cultura popular”, identificada aqui como o artesanato e o “folclore”. A quarta e última modalidade é a *neoliberal*, é aquela que defende a privatização das instituições públicas de cultura, que “identifica cultura e evento de massa, consagra todas as manifestações do narcisismo desenvolvidas pela *mass media*” (CHAUÍ, 1995, p. 81).

No plano governamental do atual presidente do Brasil, a palavra “cultura” aparece três vezes, sendo que em nenhuma delas incita propostas de políticas públicas culturais, nem sequer ações culturais. As palavras “arte”, “artístico”, “teatro”, “música” e “dança” não aparecem em nenhuma das 81 páginas do referido plano governamental. Esse descaso

com a cultura no país foi marcado pela extinção do Ministério da Cultura e está sendo enfrentado, ao longo dos anos desse governo, como um projeto de destruição da nossa cultura e memória. Essa postura impacta diretamente no desenvolvimento cultural, social e econômico do presente e do futuro do Brasil.

Ainda assim, na tentativa de criar paralelos com a filósofa Marilena Chauí (1995), destacamos que o plano de governo faz referência ao *marxismo cultural*, que, para muitos, é uma teoria da conspiração criada pela direita conservadora norte-americana; e, para outros, um movimento que defende causas progressistas. Logo em seguida, o plano de governo aponta o *marxismo cultural* como vilão dos “valores da Nação e da família brasileira”.³

A relação do governo atual com a cultura pode ser compreendida como autoritária. Os “fins” já estão definidos, o objetivo maior expresso no plano e ao longo de dois anos de governo é a manutenção de valores nacionalistas e “da família”, que aparecem totalmente relacionados a valores conservadores e autoritários. A censura acomete as artes e os artistas, e são reforçados estereótipos negativos em relação aos mesmos, buscando encontrar uma lógica utilitarista e acrítica na sua produção artística.

Essa relação estatal impacta na cultura do país como um todo, gerando sequelas futuras que podem conduzir a um retrocesso cultural. E mesmo sem o apoio e fomento adequado do poder público, muitas iniciativas culturais do país se mantêm trabalhando para serem, cada vez mais, ações culturais nos seus respectivos contextos. Nós, artistas brasileiros – mais uma vez –, resistimos e defendemos a arte como expressão estética e crítica necessária nesses tempos.

Viganó comunica muito bem com a nossa realidade atual ao tratar a ação cultural como resistência – uma atitude de guerrilha – ao “estado de guerra total e à pacificação da capacidade criativa”, fazendo com que a ação cultural seja “mais uma aliada na luta do homem pela sobrevivência, nas lutas cotidianas dos trabalhadores e na subversão das relações de dominação” (VIGANÓ, 2012, p. 39).

A “postura” adotada pelas ações culturais nesses tempos deve ser aliada às práticas construtoras de processos, de produção de subjetividade e de luta, para que transformações de ordem política, social e artística aconteçam.

Ampliando o entendimento da ação cultural para o campo sociopolítico, torna-se necessário o confronto da estrutura do poder, criando ações, não de enfrentamento aberto, mas de resistência, que trabalhem no domínio do imaterial, da produção de subjetividade e das relações afetivas, perpassadas pelo sentido da sobrevivência (VIGANÓ, 2012, p. 38).

O Atelier de Artes Integradas existe e tem “atitude de guerrilha” há 15 anos. É uma escola criada e vinculada à prefeitura de Itabirito. A sua história, com as mudanças de governo municipal ao longo dos tempos, foi ameaçada de extinção. No entanto, quando essas ameaças surgiram, os alunos, professores, gestores e artistas da cidade fizeram protestos e se manifestaram em prol da escola e da cultura.

À época da possibilidade de extinção do Atelier, Júlia de Castro Oliveira, era aluna da escola e participou da manifestação em frente à prefeitura, recordando desse momento até hoje. Os estudantes e professores do Atelier não conseguiam conceber a ideia de extinção do mesmo. Nesse momento, com um olhar distanciado, compreendemos que a escola ainda não era considerada, no âmbito político, uma ação cultural. Se houvesse uma compreensão por parte da gestão municipal de que a escola era uma ação cultural, ela não deveria ser interrompida, tendo todo o trabalho de formação descontinuado. Pois até o “fim” de uma ação cultural deve ser o resultado de um processo coletivo, visto que “quando as relações humanas estão extremamente fragilizadas e quando parece impossível fazer frente aos mecanismos de controle, a sociedade civil resiste” (VIGANÓ, 2012, p.38), e a sociedade civil é parte da ação cultural.

A ação cultural volta-se aos grupos, às pessoas e às comunidades com foco no acesso às obras e aos serviços culturais; não apenas no sentido de ampliação desse acesso, como também no desenvolvimento de metodologias de formação para garantir a apreensão do sentido dessas obras em sua natureza mais específica e as possibilidades de experimentação, criação e expressão cultural (VILUTIS, 2011, p. 114)

Atualmente, após algumas mudanças de prefeito e de secretário(a) de cultura, o Atelier permanece vivo e ativo. O Atelier se tornou, para a população e para o poder público, uma ação cultural, sendo uma conquista de todas as pessoas que integraram a escola. Ao longo

OLIVEIRA, Júlia de Castro; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural.**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 11, n. 23, set-dez. 2021
Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

dos anos, o Atelier foi se mantendo ativo artisticamente e se fazendo presente na cidade. Tornou-se uma referência para os itabiritenses e para a região dos Inconfidentes, é um equipamento cultural de formação para os artistas locais e uma instituição que promove arte e cultura no município.

Considerações finais

Mostramos que o Atelier de Artes Integradas de Itabirito, Minas Gerais, é um equipamento cultural importante por se manter como ação duradoura que ultrapassa o período de uma gestão municipal de quatro anos, criando espaço de acesso, atuação e formação de profissionais de teatro.

Diante disso, compreendemos o Atelier como uma ação cultural que inclui e dialoga com as ações socioculturais e artísticas, fazendo frente às ameaças e projetos de desmonte cultural do atual governo brasileiro. O Atelier estrutura uma pedagogia do teatro no município de Itabirito, já que é o único responsável pela fruição e ensino de teatro para a população itabiritense, incentivando e dando suporte às possíveis profissionalizações na área e possibilitando vivências artísticas diversas e potentes por meio de oficinas, cursos, criação de espetáculos, festivais, entre outros.

Entendemos, assim, o Atelier como espaço de re-existência e como fruto de transformações de uma política cultural que vem sendo sedimentada no município citado, a partir de uma noção de pertencimento da comunidade que faz uso desse equipamento cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pela Emenda Constitucional nº 85, de 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 out. 2021.

CABRAL, Beatriz Ângela Vieira. Ação cultural e teatro como pedagogia. **Sala Preta**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 4-17, jun. 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57542/60578>. Acesso em: 25 mar. 2020.

CARASSO, Jean-Gabriel. Ação Cultural, Ação Artística: Se há duas palavras... Há duas coisas!. **Sala Preta**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 18-23, jun. 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57543/60580>. Acesso em: 14 abr. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Cultura Política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 12, n. 3, jan.-abr. 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40141995000100006>. Acesso em: 25 mar. 2020.

COELHO, Teixeira. **O que é ação cultural?** São Paulo: Brasiliense, 2001.

CUNHA, Felipe Eduardo Lopes. Programa de Iniciação e Capacitação Teatral – Curso Livre de Teatro. Itabirito, 2020. Não publicado.

OLIVEIRA, Júlia de Castro. **Atelier de Artes Integradas**: a construção de uma pedagogia do Teatro na cidade de Itabirito. 2020. Monografia (Licenciatura em Teatro) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

Proposta de plano de governo do candidato Jair Messias Bolsonaro - Partido Social Liberal. O caminho da prosperidade. 2018. Disponível em: http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/BR/2022802018/280000614517/proposta_1534284632231.pdf. Acesso em: 24 mar. 2020.

PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros. Alteridade em cena. **Sala Preta**, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 46-57, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v12i1p46-57>. Acesso em: 14 abr. 2020.

PUPO, Maria Lúcia de Souza Barros; VELOSO, Verônica. Ação Cultural e Ação Artística: territórios movediços. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2020, p.1-21. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2237-266096342>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SIMIS, Anita. A política cultural como política pública. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação/UFBa. Bahia, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/AnitaSimis.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2020.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. **As regras do jogo**: a ação sociocultural em teatro e o ideal democrático. São Paulo: Editora Hucitec: Edições Mandacaru, 2006.

OLIVEIRA, Júlia de Castro; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural**.

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 11, n. 23, set.-dez. 2021
Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

VIGANÓ, Suzana Schmidt. A ação cultural e a dimensão criadora. **Urdimento**, Santa Catarina, n. 17, p.151-156, set. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5965/1414573102172011151>. Acesso em: 29 mar. 2020.

VIGANÓ, Suzana Schmidt. Zonas de fronteira/ territórios de guerrilha: ou como nos tornamos todos Marcos, Joaquins, Claras e Severinas. **Sala Preta**, São Paulo, vol. 12, n. 1, p. 36-45, jun. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-3867.v12i1p36-45>. Acesso em: 17 abr.2020

VIGANÓ, Suzana Schmidt. A Ação Cultural e a Defesa da Vida Pública. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, 2020, p. 1-17. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/presenca>. Acesso em: 19 abr. 2020.

VILUTIS, Luana. Ação agente cultura viva: contribuições para uma política cultural de juventude. In: BARBOSA, Frederico (org.); CALABRE, Lia (org). **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011, p. 111 – 138.

OLIVEIRA, Júlia de Castro; FIGUEIREDO, Ricardo Carvalho de. **O Atelier de Artes Integradas de Itabirito/MG e a noção de ação cultural.**

PÓS:Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG. v. 11, n. 23, set-dez. 2021
Disponível em <<https://eba.ufmg.br/revistapos>>

NOTAS

1 Devido à pandemia da Covid-19 e ao isolamento social, não foi possível realizar os processos de licitação e contratação de professores de dança/balé. Diante disso, a escola manteve apenas as aulas de teatro no ambiente virtual.

2 No livro *O que é ação cultural?*, Teixeira Coelho (2001) aponta e critica o conceito de animação, no sentido de “animador cultural”, aquele que, disfarçado pela ação cultural, cria seus próprios meios e fins e apenas informa as pessoas que participam do processo como chegar até eles. Esse tipo de postura não condiz com a compreensão de ação cultural, proposta pelo autor. Além disso, fazendo um paralelo com a modalidade populista, o animador conduz à alienação cultural e não contribui em nada para a criação e expressão da cultura de um povo.

3 Grifo nosso da proposta de plano de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, intitulada *O caminho da prosperidade* (2018, p. 8).